



UC/FPCE—2016

Universidade de Coimbra  
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**Representações sociais acerca de pessoas com  
deficiência intelectual: comparação entre  
estudantes de ciências exatas e de ciências sociais  
e humanas**

Márcia Filipa Martins Oliveira (marciafmo93@gmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia das Organizações e do  
Trabalho sob a orientação do Professor Doutor Joaquim Pires  
Valentim

## **Representações sociais acerca de pessoas com deficiência intelectual: comparação entre estudantes de ciências humanas e de ciências exatas**

### **Resumo**

O principal objetivo da presente dissertação baseou-se em enriquecer o conhecimento acerca das representações sociais da pessoa com deficiência intelectual. Os resultados obtidos foram examinados relativamente às suas implicações na integração socioprofissional deste grupo específico. Assim, pediu-se a 324 estudantes universitários – 162 de ciências exatas e 162 de ciências sociais e humanas – para analisarem até que ponto uma série de traços de personalidade se aplica ou não em duas condições: pessoa com deficiência intelectual e pessoa com sucesso pessoal e profissional. Devido à escassez de estudos sobre esta temática, utilizou-se de um *design* exploratório para o estudo. Todos os resultados aqui obtidos foram comparados entre estudantes de ciências exatas e estudantes de ciências sociais e humanas. Na análise de dados, utilizaram-se testes não-paramétricos, estatísticas descritivas, análise fatorial exploratória de componentes principais e testes de hipótese em relação a efeitos de à vontade nas relações com as pessoas com deficiência intelectual. Embora existam diferenças entre estudantes de ciências exatas e ciências sociais e humanas, os resultados revelam uma imagem do deficiente intelectual marcada por grande imaturidade relacional e afetividade e, simultaneamente, diferenças consideráveis no que respeita às características necessárias ao sucesso profissional e pessoal. No final deste estudo, verificou-se que ainda existem sérias barreiras psicossociais no processo de integração socioprofissional.

**Palavras-chave:** deficiência intelectual, representações sociais, integração socioprofissional, estudantes universitários, ciências exatas, ciências sociais e humanas.

## **Social representations about intellectually disabled people: comparison between students of human sciences and of exact sciences.**

### **Abstract**

The main objective of this thesis was based on enriching the knowledge of the social representations of people with intellectual disabilities. The obtained results were examined in relation of its implications on socioprofessional integration of this specific group. So was asked 324 university students – 162 of exact sciences and 162 of social and human sciences – to analyze until which point a number of personality traits or not in two conditions: people with intellectual disabilities and people with personal and professional success. The lack of studies on this subject requires the use of an exploratory design for the study. All the results obtained were compared between students of exact sciences and students of social and human sciences. In the data analysis, we used nonparametric tests, descriptive statistics, exploratory factorial analysis of the main components and hypothesis tests regarding the effects of being at ease in the representations of people with intellectual disabilities. Although there are differences between students of exact sciences and social and human sciences, the results show an image of the intellectual disabled marked by a large relational and affective immaturity and simultaneously considerable differences regarding the characteristics necessary for the professional and personal success. At the end of this study, it was found that there are still serious psychosocial barriers in the process of integration socio-professional.

**Key Words:** intellectual disability, social representations, socioprofessional integration, university students, exact sciences, social and human sciences.

## **Agradecimentos**

É facilmente compreensível quando se ouve dizer que uma obra nunca é resultado do trabalho de uma pessoa só. A verdade é que é fundamental o apoio de certas pessoas para se conseguir percorrer um caminho como este. Refiro-me àqueles que nos auxiliam nos percalços, que nos ajudam a levantar quando algo não corre como esperamos e nos presenciam com alegria e entusiasmo quando há motivos para tal. Este trabalho também é de todos eles.

Assim, agradeço primeiramente ao Professor Doutor Joaquim Pires Valentim, pela excelente orientação com que nos presenciou ao longo do semestre e por nos permitir fazer da tese uma verdadeira fonte de aprendizagem e crescimento. Pelos seus conselhos, pelos incentivos e por todo o acompanhamento, o meu obrigado.

Agradeço também a todos os estudantes que colaboraram no preenchimento do questionário e aos professores que disponibilizaram 15 minutos das suas aulas para o efeito.

Deixo ainda um agradecimento muito especial à minha família e aos meus amigos, que constituíram o suporte essencial, a base sem a qual tudo se tornaria tão mais difícil e complexo.

Por fim, mas não menos importante, não posso deixar de referir o namorado. Por ser não só namorado, mas também melhor amigo, companheiro, psicólogo, meu braço direito. Um enorme obrigado pelo apoio inesgotável, pela paciência e pelos incansáveis esforços de me motivar.

A todos, um honesto e eterno grande Obrigado.

# Índice

<b>Introdução</b> .....	<b>1</b>
<b>I - Enquadramento conceptual</b> .....	<b>3</b>
Deficiência Intelectual: o conceito .....	3
Teoria das representações sociais.....	4
Representação social da pessoa com deficiência .....	5
Deficiência Intelectual: a transição para a vida ativa .....	7
Deficiência Intelectual: importância da formação profissional em Portugal .....	8
Contratação da pessoa com deficiência .....	9
Barreiras psicossociais .....	11
<b>II – Objetivos</b> .....	<b>13</b>
<b>III – Metodologia</b> .....	<b>14</b>
Desenho da investigação .....	14
Descrição da amostra .....	14
Instrumentos .....	15
Procedimentos de investigação adoptados .....	15
1) Análise descritiva .....	15
2) Construção de variáveis .....	16
3) Testes de hipótese em relação a efeitos de à vontade... ..	17
4) Análise fatorial exploratória em componentes principais.17	
<b>IV – Resultados</b> .....	<b>20</b>
Diferença entre as condições <i>pessoa com sucesso pessoal e profissional e pessoa com deficiência intelectual</i> .....	20
Testes de hipótese em relação a efeitos de à vontade .....	21
Análise fatorial exploratória em componentes principais .....	23
<b>V – Discussão</b> .....	<b>27</b>
<b>VI – Considerações finais</b> .....	<b>31</b>
<b>Bibliografia</b> .....	<b>32</b>
<b>Anexos</b> .....	<b>37</b>

*“Na sociedade contemporânea a entrada no mundo do trabalho considera-se uma forma privilegiada da socialização. Mas o certo é que as pessoas deficientes continuam aí a esbarrar, sendo esse porventura o maior obstáculo para a sua integração social.”*

*(Autor desconhecido,  
In Revista Integrar, Abril-Junho/93, IEFPP e SNR)*

*“O traço distintivo das ciências do homem em relação às ciências da natureza é dela se confrontar a seres conscientes que agem em função de valores, de crenças, de representações, de cálculos e que não se limitam a reagir aos estímulos do meio ambiente.”*

*(M. Weber)*

## Introdução

O emprego é primordial em qualquer sociedade contemporânea. Para além de ser uma das mais relevantes condições de base da inserção/reconhecimento social (Fernandes, 1997), é algo de elevada importância para a autonomia. Todavia, com o passar dos anos, o acesso a um posto de trabalho tornou-se um sonho para muitos, especialmente para os portadores de deficiência intelectual (Guede, 1996, cit. in Martins, 2001). Embora os avanços tecnológicos tenham proporcionado uma melhor qualidade de vida desses indivíduos, dados recentes demonstram que a situação de exclusão social ainda é uma realidade para as pessoas com deficiência intelectual (Eurobarometer, 2001; GRACE, 2005). Estes grupos vêem-se frequentemente excluídos do mundo do trabalho, sendo alvos de discriminação e desigualdade de oportunidades.

Neste sentido, torna-se importante analisar as representações sociais relativamente a pessoas com deficiência intelectual. Normalmente, os dados anteriormente recolhidos em outros estudos têm por base estudantes da área das ciências sociais e humanas (e.g. Psicologia). Desta forma, e dada a diferente formação académica, seria pertinente recorrer à análise de dados provenientes de estudantes das áreas das ciências exatas (e.g. Engenharia). Assim, será possível contribuir para uma maior inteligibilidade da problemática inerente à integração socioprofissional de pessoas com deficiência intelectual, por comparação com as representações acerca das pessoas com sucesso profissional e pessoal.

Antes de se iniciar qualquer estudo torna-se crucial definir os conceitos que irão ser retratados ao longo deste. Desta forma, nesta dissertação pretende-se num primeiro momento abordar o conceito de “deficiência mental” e, dada a dificuldade de consenso entre autores, fazer referência àquele que é mais comumente aceite nos dias de hoje. As representações sociais são também uma das bases desta dissertação. Nesse sentido, é importante mencionar alguns aspetos sobre as mesmas. Do mesmo modo, falar de integração socioprofissional pressupõe que ocorra primeiramente uma transição para a vida ativa, o que conduz a que este tema constitua um segundo momento desta dissertação. Ainda dentro do enquadramento conceptual torna-se importante enfatizar a pertinência da formação profissional em Portugal relativamente a este grupo de pessoas em específico, aclarar a importância das empresas na sua contratação e fazer referência às barreiras psicossociais que estes indivíduos enfrentam e às dificuldades de as ultrapassar.

De seguida, inicia-se a componente empírica da dissertação. Nesta etapa expõem-se os objetivos detalhados e a metodologia, onde se caracterizam os instrumentos utilizados, a amostra recolhida e os procedimentos relativos à recolha de dados. Todos os dados empíricos estarão detalhadamente apresentados na parte referente aos resultados que, posteriormente, serão relacionados com a literatura existente, antes de serem apresentadas as considerações finais.

## I – Enquadramento conceptual

### Deficiência Intelectual: o conceito

A deficiência intelectual teve ao longo da história diferentes expressões discursivas (Dias & Oliveira, 2013). Assim, este tipo de deficiência foi apresentando vários termos e definições (e.g. debilidade mental, subnormalidade mental, oligofrenia, deficiência mental, retardo mental, capacidades diferentes, barreiras na aprendizagem). Do mesmo modo, as pessoas com deficiência intelectual eram identificadas como idiotas, imbecis, tontos, cretinos, dementes, retardados mentais, inválidos, com necessidades educativas especiais, deficientes mentais, estúpidos, entre outras designações (AAMR, 2006; Pessotti, 1984, 1999). As representações negativas nunca foram superadas e algumas ainda hoje povoam o imaginário popular (Dias & Oliveira, 2013; Fernandes, 1997).

Só a partir do século XX é que a deficiência deixa de ser tratada como uma impossibilidade de desenvolvimento intelectual e passa a ser encarada como uma das alternativas de desenvolvimento possível ao ser humano (Dias & Oliveira, 2013). Nesse mesmo século, o teste de Quociente de Inteligência (QI) desenvolvido por Alfred Binet e Theodore Simon surgiu da necessidade educacional de diagnosticar ou medir o desempenho intelectual dos alunos (Fierro, 2004). A aplicação do teste que teria objetivos estritamente pedagógicos gerou uma representação da pessoa com deficiência como ineficaz, desacreditada das suas potencialidades e improdutiva nos campos académicos, social e económico (Dias, 2004).

Atualmente existem diversos sistemas de classificação que devem funcionar de forma integrada na procura de uma divisão mais ampla do que é um deficiente intelectual (AAMR, 2006; Farias & Buchalla, 2005). A CID (Classificação Internacional de Doenças) e o DSM (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders) tratam da classificação das condições físicas e mentais, incluindo a etiologia da deficiência mental (termo antecedente de deficiência intelectual). Estes têm concebido este tipo de deficiência como um transtorno mental ou de comportamento (APA, 2003). A CIF (Classificação Internacional de Funcionalidade, incapacidade de saúde) propõe um modelo de avaliação da pessoa com deficiência que tem em conta não apenas a dimensão biomédica, mas também a psicológica e social (Farias & Buchalla, 2005).

A definição de *deficiência mental* sofreu bastantes alterações ao longo dos tempos, tendo sido definida e redefinida, levando mesmo à renomeação de algumas entidades (e.g., *American Association on Mental Deficiency* – AAMD, que posteriormente se passou a designar de *American Association on Mental Retardation* - AAMR, e mais tarde de *American Association on Intellectual Disability* - AAID), sendo que



o consenso nunca foi geral. A definição mais amplamente aceite, apesar de criticada por muitos é da autoria da AAMD. Deste modo, “Mental retardation refers to significantly subaverage general intellectual functioning resulting in or associated with concurrent impairments in adaptive behavior and manifested during the developmental period” (Grossman, 1983, p.11). Neste manual, “significativamente abaixo da média” referia-se a um QI de 70 ou inferior.

Não se podem negar os avanços que a AAMR proporcionou na conceção deste tipo de deficiência, no entanto, também é facilmente notória a ênfase dada à necessidade de medição do aspecto intelectual (AAMR, 2006). Apesar da 11ª edição da actual AAID já utilizar a expressão *deficiência intelectual*, a perspectiva de estabelecer um ponto de corte para delimitar as limitações significativas no funcionamento intelectual mantém-se (Verdugo Alonso, 2010).

Um dos autores que se posicionou contra o uso de testes para medição da capacidade intelectual foi Vigotski (1997, cit. in Dias & Oliveira, 2013). Este autor defendia que aquilo que diferencia os indivíduos com ou sem deficiência intelectual não se limita aos aspetos quantificáveis da inteligência. Esta diferenciação envolve a relação única estabelecida entre o modo de organização da personalidade, a estrutura orgânica e funções psicológicas. Até porque a experiência pessoal coloca em funcionamento processos compensatórios capazes de alterar a própria estrutura orgânica. Assim, o dano biológico apenas gerará impacto restritivo na vida da pessoa quando houver resposta social negativa. Se o oposto ocorrer poderá servir como estímulo ao indivíduo no seu processo de desenvolvimento (Vigotski, 1997, cit. in Dias & Oliveira, 2013).

## **Teoria das representações sociais**

Serge Moscovici é considerado um dos pais fundadores da psicologia social europeia (Jesuino, 1993). Em 1961 publica a obra *La Psychanalyse, son Image et son publique*, onde inaugurou um novo campo na psicologia social, o estudo das representações sociais. Com esta obra pretendeu explicar não só como constrói o Homem a realidade, mas também como é que o conhecimento científico é absorvido, transformado e utilizado pelo ‘Homem comum’ (leigo) (Moscovici, 1961/1976).

Para este autor, uma representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem como função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos (Leyens, 1985; Moscovici, 1978), “é um instrumento próprio para categorizar as pessoas e os comportamentos” (Moscovici, 1961, cit. in Leyens, 1985, p.16). Ou como diz Doise (1993, p. 157) “a teoria das representações

sociais (...) é uma teoria geral acerca de um meta-sistema de regulações sociais que intervém no sistema de funcionamento cognitivo.”

A dimensão social presente na definição de Moscovici é enfatizada por Forgas (1981) ao considerar o conhecimento como algo inevitavelmente social. Todavia, nem todo o conhecimento pode ser considerado representação social. Desta categoria faz parte somente aquele que está presente na vida quotidiana das pessoas, através do senso comum, que é elaborado socialmente e que funciona no sentido de interpretar, pensar e agir sobre a realidade (Alexandre, 2004).

A representação social também tem um papel importante na formação de condutas. Como refere Moscovici (1978), esta é uma preparação para a ação, ou seja, tanto pode conduzir o comportamento, como pode modificar e reconstituir os elementos do meio ambiente. Este autor defende que os seres humanos não podem estar constantemente sob o domínio ideológico de classes sociais, do Estado, da Igreja ou de escolas. Estes são pensadores autónomos e estão constantemente a produzir as suas representações.

### **Representação social da pessoa com deficiência**

Segundo Veiga “é a sociedade que propõe os objetivos que os atores sociais devem aspirar alcançar e que, simultaneamente, impõe e controla os meios legítimos para esse efeito” (2006, p. 139).

Ao analisar a literatura existente sobre o tema, é fácil verificar que a imagem da pessoa com deficiência intelectual impulsiona, ainda hoje, a visão que se tem desta população (Ribeiro, 2009). Assim, é crucial perceber quais as perceções atuais da sociedade relativamente à deficiência intelectual, para que seja possível entender o preconceito e a exclusão ainda presentes nos dias de hoje, que continuam a dificultar a sua integração socioprofissional (Estanqueiro, 2014; Fernandes, 2011; Pedrosa, 2015).

As pessoas com deficiência intelectual, desde cedo, são apontadas como um grupo de pessoas infantis, sem condições de participação e legitimação das suas próprias escolhas. Dado que todo o percurso educativo é traçado em função dessa representação, este grupo específico, escondido da sociedade pela própria família ou isolado em instituições, detém poucas oportunidades para participar na construção social das suas trajetórias (Ribeiro, 2009).

Esta conotação relativa ao deficiente intelectual que traduz uma certa fragilidade no processo de integração socioprofissional é notória em diversos estudos (e.g. Estanqueiro, 2014; Fernandes, 2011). No estudo de Fernandes (2011, p.21), as representações dos inquiridos relativamente à pessoa deficiente intelectual foram agrupadas em diversas categorias, designadamente, “Dependente” (associação mais frequente), “Défices”, “Necessidades” e “Limitado”,

sendo que a categoria “Défices” incidiu fundamentalmente ao nível cognitivo (e.g. “défice de aprendizagem, de inteligência, de memória, de atenção, de compreensão e de linguagem”). Também os resultados do estudo de Estanqueiro (2014) mostraram uma imagem da pessoa deficiente intelectual marcada pela dependência e incapacidade. A pessoa deficiente intelectual é perspetivada como tendo fraca capacidade de adaptação em termos funcionais, a que se associa uma certa imaturidade relacional e intempestividade também reveladora e causadora de inadaptação (Estanqueiro, 2014, p.32).

Outros autores (e.g. Valentim & Dinis, 2014) destacam a existência de duas imagens de deficiência entre as pessoas com deficiência intelectual, associadas a dois grupos de indivíduos, nomeadamente, aqueles que veem a deficiência não só como uma incapacidade física ou sensorial, mas também como uma incapacidade de adquirir algumas competências escolares, e aqueles para os quais a deficiência é sempre, e unicamente, a incapacidade mais facilmente visível, isto é, a incapacidade física ou sensorial.

Relativamente às percepções de igualdade em termos de oportunidade em obter emprego, formação ou promoção, num estudo realizado em 2006 sobre discriminação na Europa (Eurobarometer, 2007), observou-se que as pessoas com algum tipo de deficiência são as mais prejudicadas no mercado de trabalho. A verdade é que, como refere Veiga (2006), muitas das pessoas com algum tipo de deficiência são consideradas parasitas da sociedade, tal como o próprio Nietzsche (s/d, cit. in Veiga, 2006) ilustrava, ao afirmar que considerava indecente que estas pessoas continuassem a viver. Este exemplo ilustra o facto de a deficiência ainda ser considerada uma incapacidade, uma limitação, ou até mesmo algo subhumano, um problema social (Veiga & Salgado, 2013). De facto, existem evidências de um aumento de atitudes positivas perante a pessoa deficiente (Grewall et al., 2002, cit. por Veiga & Salgado, 2013; Molloy, Knight, & Woodfield, 2003), todavia, muitos estudos confirmam a prevalência de sentimentos negativos dirigidos a este grupo social (Brostrand, 2006; Chen, Brodwin, Cardoso, & Chan, 2002; Devenney, 1997; Rosenthal, Chan, & Livneh, 2006).

Estes estigmas são bem difíceis de ultrapassar e condicionam o desenvolvimento e o percurso de vida das pessoas com deficiência intelectual. Isto verifica-se devido às expectativas que se criam, às respostas clínicas e educativas e aos serviços que se prestam a estas pessoas, orientadas por essas mesmas classificações (Ribeiro, 2009). Vive-se sob uma conjetura marcadamente consumista, com estilos de vida, hábitos e interesses capitalistas o que torna mais difícil a aproximação destas pessoas às exigências do meio (Yazbeck, McVilly & Parmenter, 2004). No entanto, é importante perceber que aceitar a deficiência como uma condição possível no meio de muitas, no quadro da diferença, implica rejeitar a ideia de que a deficiência é uma identidade irremediavelmente instalada (Ribeiro, 2009).

## **Deficiência Intelectual: a transição para a vida ativa**

Os termos “transição para a vida ativa” e “inserção profissional” são muitas vezes confundidos, sendo assim importante clarificar a sua distinção. Para Romero (1993, cit. in Martins, 2001) “transição para a vida ativa” é um conceito mais amplo, relacionado com todo o ciclo de vida. Este termo apresenta um carácter psicopedagógico, preventivo, sendo aqui que se inclui a inserção. Por sua vez, de acordo com o mesmo autor, “inserção profissional” é um conceito mais restrito, apresenta um carácter terapêutico-preventivo, implica uma intervenção mais pontual e constitui uma parte da transição. Todavia, tanto a transição para a vida adulta como a inserção profissional não são específicas dos jovens com deficiência (Ribeiro, 2009).

As pessoas exercem uma extraordinária influência umas sobre as outras, sem que muitas vezes tenham consciência disso (Martins, 2001). Os seres humanos apresentam uma tendência para alimentar crenças gerais, nomeadamente no que concerne à frequência e à variabilidade de um traço de carácter na população (Leyens, 1985). A partir da atribuição de um traço, torna-se fácil inferir um segundo, e até um terceiro ou um quarto. “Estas matrizes de correlação ou de co-ocorrência, por assim dizer retratos “robots”, constituem um aspecto do que devemos entender por teorias implícitas da personalidade” (Leyens, 1985, p. 32). Por este motivo, muitas vezes cria-se uma impressão global de uma pessoa de quem se conhece apenas algumas características (Leyens, 1985).

Do mesmo modo, a simples expectativa de que algo vai acontecer provoca, nos seres humanos, comportamentos tendentes para essa realização (efeito de Pigmalião). Assim, as expectativas que se formam em relação ao comportamento de certas pessoas, em determinadas circunstâncias são susceptíveis, embora de forma inconsciente, de desencadear comportamentos condizentes com tais expectativas (Leal, 2007). Na escola, os professores ao esperarem menos de um aluno com deficiência intelectual, estão a contribuir de forma negativa, ainda que inconscientemente, para os resultados desses mesmos alunos (Abreu, 1977). Os próprios pais das pessoas com deficiência intelectual apresentam, geralmente, dificuldade em reconhecer o estatuto de adultos nos filhos, o que reduz as expectativas destes relativamente ao futuro e influencia o seu desenvolvimento social (Martins, 2001).

Existe, então, uma relação recíproca entre a percepção que o sujeito tem de si e a percepção que os outros também fazem de si. Assim, o adolescente com deficiência intelectual, ao se considerar tímido e inadaptado, irá comportar-se de tal maneira perante os outros que estes, pelo modo como se relacionam com ele, tendem a reforçar esse comportamento. O mesmo acontece quando adquire a ideia de que é rejeitado, uma vez que se reage sempre de forma a confirmar essa tese (Martins, 2001), o que pode comprometer o rendimento

escolar ou profissional, bem como a autoestima e os mecanismos motivacionais (Beltrán, Moralada, Alcañiz, Calleja, & Santiuste, 1984).

A representação social do adulto é determinada por um conceito estático, disciplinador e estandardizado de saída da escola e passagem para a vida adulta (Ribeiro, 2009). Isto ainda é visível nos dias de hoje, mesmo após as décadas de 60 e 70, anos em que o termo adulto adquiriu novos significados, passando a ser encarado como um estado inacabado, sujeito a um contínuo processo de construção e desenvolvimento numa perspetiva humanista evolucionista (Rogers, 1977). Ora vejamos. Se no processo de inserção na vida adulta o acesso ao emprego é fundamental para qualquer jovem, no caso de alguém portador de deficiência, este é mesmo crucial para a saída da exclusão (Ribeiro, 2009). Como refere o mesmo autor, ao facilitar a inclusão social, o emprego vai promover a autonomia (financeira, familiar, afetiva), facilitando a integração na comunidade e melhorando, de uma forma geral, a qualidade de vida.

### **Deficiência Intelectual: importância da formação profissional em Portugal**

O conceito de formação profissional pode ser entendido de duas formas, para uns é habilitação ou capacidade profissional e para outros é reabilitação ou recuperação profissional. Estas duas ideias embora diferentes, são complementares (Martins, 2001). Actualmente sabe-se que a pessoa com deficiência intelectual, desde que seja previamente preparada através de formação profissional num processo global de reabilitação, pode desempenhar um papel socialmente útil (Claudino, 1997; Fernandes, 1997).

As pessoas com deficiência intelectual podem usufruir da formação profissional em centros de formação ao nível das perspetivas da educação permanente, que surgiu nos anos 70 como resposta à crise social da época (Bradley & Warrenfelt, 1981, cit. in Claudino 1995). De acordo com os mesmos autores, a formação profissional tem por base modelos que procuram responder às necessidades individuais da pessoa com deficiência e, simultaneamente, pretendem assegurar situações de produção, mais ou menos estruturadas, possibilitando a hierarquização das tarefas (das mais simples às mais complexas) e procurando, assim, aperfeiçoar o desempenho dos formandos. Em Portugal a formação profissional de pessoas com deficiência intelectual encontra algumas dificuldades. Rodrigues e Cação (1993, cit. in Martins, 2001) defendem que essas dificuldades se devem à grande heterogeneidade de formações desenvolvidas pelas diferentes entidades formadoras, à falta de aferição de conceitos e de metodologias entre os técnicos na caracterização da população-alvo e à diversidade de tipologias e níveis de deficiência da população abrangida.

Os mesmos autores reconhecem que a colocação de um trabalhador no mercado de trabalho exige um esforço de aproximação progressiva. Assim, recomendam um modelo cujo percurso formativo inclua uma formação inicial de base (orientada por aspetos comportamentais e conduta profissional) e formação em posto de trabalho (na aquisição de competências adequadas ao desempenho de um conjunto de tarefas específicas). A formação em situação real de trabalho vai facilitar às pessoas com deficiência intelectual a aquisição do estatuto de “trabalhador” do qual advém novas e adequadas atitudes e formas de estar (De la Blétière, 1997).

Apesar de a integração ser realizada na empresa, no próprio local de trabalho, naturalmente este processo implica o envolvimento das várias partes, nomeadamente da família, apoios do Estado e outras associações/instituições (GRACE, 2005).

### **Contratação da pessoa com deficiência**

É notória a evolução relativamente aos direitos e oportunidades das pessoas com deficiência intelectual. Em 1971, foi pela primeira vez aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a Declaração de Direitos do Deficiente Mental que visa a promoção da integração no mundo do trabalho das pessoas com deficiência intelectual. Em Portugal, é no ano de 1981 que se assinala um grande marco histórico com a implementação de normas aplicáveis às pessoas com deficiência (GRACE, 2005; Pereira, 2011). Com o objetivo primordial de combater a discriminação destas pessoas, surgem em Portugal incentivos à criação de emprego, políticas de formação profissional, maior investimento em acessibilidades adequadas aos espaços públicos e, ainda, reconhecimentos às empresas que implementam este tipo de medidas (Rosa, 2007).

Como refere Martins (2001), também está previsto na lei a atribuição de incentivos financeiros às empresas que facilitarem o acesso ao emprego deste grupo específico (cf. Anexo 1).

Para além de incentivos financeiros, as empresas quando optam pela integração das pessoas com deficiência intelectual, diferentemente das comumente integradas, estão primeiramente a reforçar a imagem enquanto entidade socialmente responsável. A responsabilidade social deve ser entendida como um esforço e um compromisso das empresas na adoção de comportamentos éticos, tendo sempre como prioridades a qualidade de vida dos colaboradores, uma relação saudável com a comunidade envolvente e a sociedade e, por último, o desenvolvimento de progressos económicos (Leandro & Rebelo, 2011).

Por outro lado, o clima organizacional fica também a beneficiar, uma vez que incita um maior espírito de equipa dos colaboradores, uma maior cooperação e partilha de objetivos comuns e, ainda, um

espaço de trabalho adequado às necessidades e individualidades de cada trabalhador. Se todos os colaboradores de uma empresa se sentirem bem no seu posto de trabalho e na sua função, uma pessoa portadora de deficiência também se irá sentir confortável, o que provavelmente resultará em índices de desempenho propícios a um aumento coletivo de produtividade (GRACE, 2005). Para além dos aspectos positivos citados, está ainda prevista a redução nas contribuições à Segurança Social, por parte das entidades empregadoras que integrem pessoas com deficiência nos seus efetivos (Fernandes, 2007).

Todavia, segundo De la Blétière (1997), todos estes incentivos não se mostram suficientes por motivos de diversa ordem, nomeadamente, 1) pelo desconhecimento da problemática da deficiência intelectual, por parte da sociedade, 2) pelas dificuldades económicas nacionais induzirem os empresários a optar pelos trabalhadores mais produtivos, 3) pelo período de formação profissional ser limitado, já que muitos formandos com deficiência intelectual necessitam de mais do que os 4 anos, previstos na legislação, para alcançar os objetivos propostos, 4) pelo facto dos apoios financeiros concedidos às empresas após a contratação não corresponderem aos custos reais, 5) pelos subsídios de compensação serem suprimidos após o período de adaptação, como está previsto na legislação, ao invés de serem periodicamente reavaliados, 6) pela falta de financiamento relativo ao processo de recolocação, uma vez que quando o contrato da pessoa com deficiência expira, vê-se privada do apoio necessário, 7) pela falta de recuperação automática das pensões sociais que a pessoa com deficiência intelectual beneficiava antes da contratação profissional, o que incentiva as famílias a recusar a via da integração profissional (De la Blétière, 1997).

De acordo com Molina Gracia (1994, cit. in Martins, 2001), quando o recrutamento de pessoas com deficiência acontece, por norma, dentro das organizações as tarefas rotineiras e repetitivas são atribuídas às pessoas com deficiência intelectual que, para além de lhes serem atribuídas as tarefas não desejadas pelas pessoas sem deficiência, ainda usufruem de um baixo salário. Atendendo a estes factos, supõe-se existir poucos postos de trabalho para pessoas com este tipo de deficiência, de acordo com as suas reais capacidades individuais.

A não-aceitação de trabalhadores com deficiência intelectual pode estar relacionada com diversos fatores. Hartlage e Posner (1974, cit. in Martins, 2001) nomeiam o excesso de supervisão que estes necessitariam e a incapacidade destes de manterem um nível de qualidade de desempenho aceitável e de desempenharem tarefas diferentes como sendo os principais motivos. Para Millington, Szymansky e Hanley-Maxwell (1994) os principais fatores de rejeição são, designadamente, o desconforto dos colegas de trabalho

resultante da presença da pessoa com deficiência intelectual na empresa e o receio de comportamento social inadequado, resultante de expectativas estereotipadas das entidades patronais relativas à deficiência intelectual.

Por outro lado, de acordo com os resultados obtidos por Shafer, Hill, Seyfarth e Wehman (1987), as entidades patronais percebem os trabalhadores com deficiência intelectual como dependentes, confiáveis e trabalhadores leais. Assim, podem-se salientar quatro fatores positivos no seu desempenho, nomeadamente, a assiduidade, a pontualidade, o respeito no cumprimento do período de intervalo e a segurança, o que é confirmado mais tarde por Millington, Szymansky e Hanley-Maxwell (1994).

A verdade é que a maioria das empresas que já admitiram pessoas com deficiência intelectual nos seus quadros têm intenções de o voltar fazer (Martins, 2001). Este facto comprova não só a competência profissional de pessoas com este tipo de deficiência, mas também revela sinais de crescente abertura por parte dos empregadores (GRACE, 2005; Martins, 2001).

### **Barreiras psicossociais**

A inclusão social é um processo que respeita e valoriza a diferença, tornando possível a cada indivíduo desenvolver as suas potencialidades e viver uma vida completa (Candeias, 2009); é a qualidade de vida que a sociedade pode oferecer aos cidadãos e, especificamente, aos cidadãos portadores de deficiência, tendo em conta as suas características individuais (Louro, 2001).

Todavia, de acordo com Nogueira e Andrade (2007) a inclusão social, nos dias de hoje, ainda é um grande desafio da sociedade em geral. A verdade é que as pessoas deficientes deparam-se com inúmeras barreiras ao longo da sua vida: o apoio político nem sempre é adequado; as atitudes negativas da sociedade refletem-se na educação, no emprego, nos serviços de saúde e na participação social; por vezes existem falhas na oferta de serviços para este grupo social (e.g. serviços de saúde, reabilitação, apoio e assistência) ou mesmo na prestação de serviços (e.g. funcionários mal preparados e inadequados afetam a qualidade, acessibilidade, e adequação dos serviços a pessoas com deficiência). Também é notória a exclusão de pessoas com deficiência no processo de tomada de decisões em assuntos diretamente relacionados com as suas vidas (OMS, 2011).

Numa sociedade em que se pretende atingir o sucesso, a perfeição e a audácia, ser portador de uma incapacidade é frustrante e limitador (Louro, 2001). Segundo a OMS (2011), as barreiras que os deficientes intelectuais encontram, acabam por afetar a sua vida em inúmeros aspetos. Por comparação com a população em geral, este



grupo social apresenta resultados de saúde precários, taxas mais elevadas de comportamentos de risco (e.g. dieta pobre, inatividade física) e maior risco de exposição à violência. Do mesmo modo, o seu rendimento educacional é inferior, bem como a sua participação económica. Apresenta, ainda, uma maior taxa de pobreza e uma dependência e restrições à participação, uma vez que a confiança nas soluções institucionais, a falta de vida em comunidade e serviços inadequados deixam as pessoas com deficiência isoladas e dependentes de outrem.

As desigualdades de circunstâncias em que os cidadãos portadores de deficiência se encontram, em relação aos restantes cidadãos, são desmotivadoras. A sociedade está estruturada para premiar os melhores e os mais capacitados (Louro, 2001). “Os grupos excluídos ou que vivem processos de exclusão social são assim, antes de tudo, grupos sociais que vivem situações de desadequação relativamente ao funcionamento da sociedade, tornando-se alvos de processos de rejeição, de desidentificação e de desestruturação” (Rodrigues, 2001, p. 177).

“Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do seu trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego.” (Declaração Universal dos Direitos do Homem, artigo 23º, número 1)<sup>1</sup>. Assim sendo, devem ser consideradas algumas medidas para superar as barreiras existentes. Os serviços públicos de saúde devem-se tornar acessíveis às pessoas com deficiência, o que reduzirá as disparidades de saúde e as necessidades não atendidas. A reabilitação deve estar incorporada na legislação geral de saúde, emprego, educação e serviços sociais e nas legislações específicas para pessoas com deficiência. Os serviços de apoio e assistência na transição para a vida em comunidade vão promover a independência das pessoas com deficiência. Relativamente ao emprego, por lei, os empregadores são obrigados a realizar adaptações a nível do recrutamento e seleção e do ambiente de trabalho para a inclusão da pessoa deficiente. Além da formação profissional, o treino com outras pessoas com deficiência, a adoção de mentores e intervenções precoces demonstram ser promissoras na melhoria das capacidades de pessoas com deficiência (OMS, 2011).

---

<sup>1</sup> Declaração Universal dos Direitos do Homem, artigo 23º, número 1, disponível em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/cidhdudh.html>, acedido a 31 de janeiro de 2016.

## II – Objectivos

A presente dissertação tem por base a teoria das representações sociais, focando-se na forma como é representado o fenómeno da deficiência intelectual por parte de estudantes da Universidade de Coimbra.

Dada a diferente formação académica, pretende-se com este estudo comparar a análise de estudantes da área das ciências exatas com estudantes da área das ciências sociais e humanas, contribuindo, assim, para uma maior inteligibilidade da problemática inerente à integração socioprofissional de pessoas com deficiência intelectual. Deste modo, procurar-se-á enfatizar a diferença entre as representações sociais dos estudantes relativamente a uma pessoa com sucesso pessoal e profissional e uma pessoa portadora de deficiência intelectual, de modo a averiguar o que “falta”, de acordo com essas representações, a uma pessoa com deficiência intelectual para conseguir atingir o sucesso pessoal e profissional.

Com este estudo, procura-se:

- 1) Estudar as representações de uma pessoa deficiente intelectual e de uma pessoa com sucesso pessoal e profissional.
- 2) Investigar as diferenças existentes entre as representações das pessoas com deficiência intelectual e das pessoas com sucesso pessoal e profissional.
- 3) Analisar eventuais diferenças nas representações sociais entre os estudantes da área das ciências exactas e das ciências sociais e humanas relativas ao grau de à vontade na presença da pessoa com deficiência intelectual.
- 4) Verificar se as representações acerca das pessoas com deficiência intelectual e das pessoas com sucesso pessoal e profissional são semelhantes entre sujeitos das áreas de ciências exatas e de ciências humanas.
- 5) A partir dos objetivos anteriores, efetuar um levantamento genérico e exploratório de possíveis formas de preconceito, barreiras psicossociais, discriminação e injustiça social associadas ao processo de integração socioprofissional da pessoa deficiente intelectual.

Para além dos objetivos supracitados, pretende-se ainda que os dados desta investigação permitam dar continuidade ao estudo desta temática, de forma a tentar eliminar as barreiras e os obstáculos existentes no processo de integração socioprofissional destas pessoas.

### III – Metodologia

#### Desenho da investigação

A informação proveniente desta investigação segue uma abordagem quantitativa, tendo por base o método de inquérito por questionário sobre as representações das pessoas com deficiência intelectual autoadministrado a dois grupos: estudantes da área das ciências exatas e das ciências sociais e humanas.

#### Descrição da amostra

A amostra consiste em 324 estudantes universitários com idades compreendidas entre os 17 e os 62 anos ( $M=19,91$ ;  $DP=3,1$ ), sendo que 95% tem menos de 24 anos. Destes 324 estudantes, 162 são da área das Ciências Exatas (144 homens e 18 mulheres, 88,9% e 11,1% respectivamente): Engenharia Eletrotécnica (33,3%), Engenharia Informática (14,8%), Engenharia Mecânica (1,2%), Engenharia Química (0,3%) e Engenharia de Materiais (0,3%) e 162 são da área das Ciências Sociais e Humanas (11 homens e 151 mulheres, 6,8% e 93,2% respectivamente): Psicologia (38%), Serviço Social (11,3%) e Ciências da Educação (0,6%). A amostra inicial era de 336 participantes, dos quais, 12 questionários foram excluídos.

De forma a assegurar a variabilidade das respostas, utilizaram-se dois critérios. Quando o estudante, numa determinada secção (pessoa com deficiência intelectual, pessoa com sucesso profissional e pessoal e pessoa que conhece bem) respondeu o mesmo valor em 80% ou mais das 32 características, essa secção foi eliminada. Da mesma forma, quando 20% ou mais das 32 características não foram respondidas, a secção também foi eliminada. Assim, atendendo a estes critérios, na amostra de 324 estudantes foram excluídas diferentes secções em 10 questionários.

Para a recolha da amostra utilizou-se o método de amostragem não-casual. O tipo de amostragem por conveniência (utilização dos casos mais facilmente disponíveis), apesar de requerer cautela na extrapolação e generalização para a população dos resultados e conclusões, tem a vantagem de ser mais económico, tanto em termos de custo como de tempo (Hill & Hill, 2000).

A recolha da amostra foi realizada com a colaboração dos docentes da Universidade de Coimbra, quer da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, quer do departamento de Engenharia Eletrotécnica e Engenharia Informática. Para tal, foi agendado previamente com os docentes a hora e o local das aulas em que era possível a dispensa dos alunos por 15 minutos do final da aula para o preenchimento do questionário. Foi ainda possibilitado aos estudantes a comunicação do seu *e-mail* para futuro envio das conclusões do presente estudo.

## Instrumentos

A versão original do questionário utilizado, em língua francesa, teve por base uma investigação desenvolvida por Paicheler, Beaufiles e Rauvaud (1987) sobre as representações das pessoas com deficiência. Em 2010 foi adaptada por Lopes para a língua portuguesa, mantendo a estrutura bipolar original. No ano seguinte, Fernandes também utilizou a versão adaptada por Lopes (2010) no seu estudo sobre representações sociais da deficiência mental em profissionais de saúde. Em 2012, apoiando-se na mesma adaptação, Valentim construiu o questionário utilizado neste estudo e em estudos semelhantes (e.g. Estanqueiro, 2014).

O questionário inicia-se com um teste de associação livre, onde se pede aos respondentes que escrevam pelo menos cinco palavras ou frases curtas sobre o que caracteriza uma pessoa com deficiência intelectual e, posteriormente, a classificam como sendo muito negativa ou muito positiva, numa escala de Likert de cinco pontos. Seguem-se três secções com escalas de Likert de sete pontos, onde são apresentados trinta e dois traços de personalidade correspondentes aos dezasseis fatores apresentados por Cattell (1974, cit. por Paicheler, Beaufiles, & Ravaud, 1987). Os inquiridos devem assinalar até que ponto as características se aplicam, ou não, a três alvos: *pessoa com deficiência intelectual*, *pessoa com sucesso profissional pessoal* e *pessoa que conhece bem*. Pede-se ainda aos participantes para indicarem o seu grau de conhecimento, contacto e à vontade com pessoas deficientes intelectuais, bem como a sua opinião sobre o grau de à vontade das outras pessoas. Por fim, são ainda inquiridas algumas características sociodemográficas como sexo, idade, nacionalidade, curso, ano letivo em que entrou na Universidade, situação profissional, profissão e habilitações literárias dos pais (Estanqueiro, 2014).

## Procedimentos de investigação adoptados

### 1) Análise descritiva

Numa fase inicial, realizaram-se análises estatísticas de carácter descritivo e inferencial com o propósito de realçar a informação fornecida pelos dados. Nesse âmbito, dentro da descrição tabelar, identificaram-se frequências (absolutas e relativas) e na descrição paramétrica apresentaram-se medidas de tendência central (média aritmética), medidas de dispersão e variabilidade (desvios padrão) (Pinto, 2012; Poeschl, 2006). Também se aplicaram testes de hipóteses com o intuito de se perceber até que ponto as diferenças nas médias eram estatisticamente significativas. A opção por cada um dos testes foi tomada com base em dois critérios fundamentais: a

natureza da escala de medida (escala de *Likert* de sete pontos) e o tipo de comparação efetuada (duas amostras independentes).

Para tal, optou-se pelo recurso ao programa informático de tratamento estatístico SPSS16 (*Statistical Package for the Social Sciences*), na versão 20.0 de 2011. Este *software* é reconhecido como o mais usado e compreensivo programa de análise estatística em investigação científica nas ciências sociais (Field, 2005).

Existem dois tipos de testes que são de imprescindível distinção antes de iniciar a análise propriamente dita:

- Os *testes paramétricos* exigem que a amostra tenha uma distribuição normal, especialmente se esta for inferior a 30.
- Os *testes não-paramétricos* para além de serem indicados para amostras pequenas, são utilizados quando a amostra apresenta uma distribuição que não é normal. Todavia, a grande desvantagem da utilização destes testes é que não se encontram tantas diferenças entre os dados, quando essas diferenças realmente existem.

Assim, a utilização de testes paramétricos ou não paramétricos requer primeiramente uma análise cuidada do tamanho da amostra e do pressuposto da normalidade. De forma a verificar o pressuposto da normalidade, isto é, para verificar se a amostra se pode pressupor normal, recorreu-se ao teste Kolmogorov-Smirnov.

Como nível de significância, fixou-se o valor de 0.05 como probabilidade máxima de ocorrência do erro de tipo I.

## 2) Construção de variáveis

Numa segunda fase, dividiu-se a amostra em dois grandes grupos, designadamente, os estudantes da área das *Ciências Exatas* onde se incluiu Engenharia Eletrotécnica, Engenharia Informática, Engenharia Química, Engenharia Mecânica e Engenharia de Materiais e os estudantes da área das *Ciências Sociais e Humanas* onde se incluiu Psicologia, Serviço Social e Ciências da Educação.

Seguidamente, calculou-se a diferença entre os resultados da condição *pessoa com sucesso pessoal e profissional* e *pessoa com deficiência intelectual*, ou seja, para cada traço, aos valores apresentados pelos inquiridos relativamente a uma *pessoa com sucesso pessoal e profissional* subtraíram-se os valores relativos a uma *pessoa com deficiência intelectual*.

Criadas as novas 32 variáveis, averiguou-se se as diferenças existentes entre as respostas dos estudantes da área das ciências exatas e as da área das ciências sociais e humanas, relativamente a essas 32 variáveis criadas na fase anterior, eram estatisticamente significativas. Para tal, uma vez que o pressuposto da normalidade

não se verifica, como se irá constatar mais adiante, utilizou-se o teste *U de Mann-Whitney*, uma vez que se está perante uma escala de *Likert* de sete pontos e, neste caso, de grupos independentes (Field, 2005).

Como nível de significância, fixou-se o valor de 0.05 como probabilidade máxima de ocorrência do erro de tipo I.

### **3) Testes de hipótese em relação a efeitos de à vontade**

Numa terceira fase, analisou-se se as diferenças existentes entre os estudantes de ciências exatas e de ciências sociais e humanas, nas respostas de “à vontade com uma pessoa deficiente intelectual”, eram estatisticamente significativas. Para tal, recorreu-se novamente ao teste *U de Mann-Whitney*.

Como nível de significância, fixou-se o valor de 0.05 como probabilidade máxima de ocorrência do erro de tipo I.

### **4) Análise fatorial exploratória em componentes principais**

Num momento posterior de análise, realizou-se uma análise fatorial exploratória em componentes principais para as respostas à condição *pessoa com deficiência intelectual*. Esta análise é descrita por Field (2005) como sendo uma técnica para identificação de grupos ou conjuntos de variáveis, podendo ser utilizada tendo por base diversos objetivos. Este autor enumera três das utilizações mais frequentes, nomeadamente, “(1) na perceção da estrutura de um conjunto de variáveis (Spearman e Thurstone usaram a análise fatorial para tentar compreender a estrutura da variável latente ‘inteligência’), (2) na construção de um questionário para medir uma determinada variável e (3) na redução do conjunto de dados para um tamanho mais viável, mantendo o máximo possível da informação original” (Field, 2005, p. 619).

Neste estudo, a aplicação da análise fatorial exploratória em componentes principais teve como objetivo a redução do conjunto de itens da condição *pessoa com deficiência intelectual*, analisando a forma como os mesmos se agrupam em dimensões das representações em causa.

Para a utilização desta técnica, Comrey e Lee (1992, cit. in Martinez & Ferreira, 2010) mencionam os tamanhos de amostras de forma a averiguar se esta é adequada ou não que varia entre  $n=50$  (muito pobre),  $n=100$  (pobre),  $n=200$  (razoável),  $n=300$  (bom),  $n=500$  (muito bom). Também Tabachnick e Fidell (1996) consideram 300 casos como valor razoável para a aplicação de uma análise fatorial exploratória em componentes principais.

Atendendo ao número de variáveis, Gorsuch (1983) declarou que na análise fatorial a amostra deve conter pelo menos 5 participantes por variável e uma amostra total de 200 sujeitos. Todavia, Guadagnoli e Velicer (1988) desafiaram o critério de Gorsuch, alegando não existir qualquer base teórica ou empírica para recomendações de relação entre o número de participantes e o número de variáveis. Para os autores, o tamanho desejado de uma amostra depende do tamanho das cargas fatoriais obtidas. Assim, com cargas fatoriais em torno de 0,80, obtém-se soluções fatoriais altamente estáveis em amostras de 50 pessoas. Se por sua vez, as cargas fatoriais estão ao redor de 0,40, são necessárias amostras de 300 a 400 sujeitos para atingir soluções estáveis. Deste modo, como a amostra utilizada nesta dissertação é superior a 300, esta técnica é, à partida, realizável.

De forma a facilitar a interpretação dos fatores, optou-se por uma rotação ortogonal *varimax*, como recomendado por Field (2005) para análises em que se espera que os fatores sejam independentes entre si, como acontece neste estudo.

Porém, antes da utilização deste método na amostra recolhida é fundamental averiguar a sua viabilidade. Deste modo, realizou-se previamente o *teste de esfericidade de Bartlett*. Este teste examina se a matriz de correlação se assemelha a uma matriz de identidade. Se isso se verificar, as variáveis não se correlacionam entre elas e, como tal, não é possível executar uma análise fatorial.

Do mesmo modo, analisou-se a *medida de adequação da amostra de Kaiser-Meyer-Olkin* com o intuito de testar até que ponto o padrão de correlações é difuso (inapropriado para uma análise fatorial) ou, ao invés, é compacto. Os valores do índice KMO que indicam que a análise fatorial é apropriada varia de autor para autor, no entanto, quanto mais próximo de 1, mais compactas se consideram as correlações.

Posteriormente, calculou-se o alfa de Cronbach de forma a ter uma estimativa estatística da consistência interna de cada uma das dimensões obtidas. Como referem Pestana e Gageiro (2014), este teste permite determinar o limite inferior da consistência interna que vai corresponder à correlação que se espera obter entre a escala utilizada e outras escalas hipotéticas, do mesmo universo e com igual número de itens utilizados para medir a mesma característica de um grupo de variáveis ou itens.

É importante referir que o valor do alfa deve ser positivo, variando entre 0 e 1, sendo que a consistência pode variar entre inadmissível (inferior a 0,6), fraca (entre 0,6 e 0,7), razoável (entre 0,7 e 0,8) e muito boa (entre 0,8 e 0,9) (Pestana & Gageiro, 2014).

Seguidamente averiguou-se se as diferenças existentes entre as respostas dos participantes da área das ciências exatas e as dos participantes da área das ciências sociais e humanas eram estatisticamente significativas. Importa salientar que as comparações foram realizadas em relação aos grupos de variáveis extraídas com a análise fatorial em componentes principais e não ao conjunto inicial de trinta e duas características. Para tal, utilizou-se novamente o teste *U de Mann-Whitney*.

Como nível de significância, fixou-se o valor de 0.05 como probabilidade máxima de ocorrência do erro de tipo I.



## IV – Resultados

### Diferença entre as condições *pessoa com sucesso pessoal e profissional* e *pessoa com deficiência intelectual*

Apesar de a amostra ser maior que 30, como foi referido anteriormente, não se pode aceitar o pressuposto da normalidade, tendo em conta os resultados do teste Kolmogorov-Smimov (cf. Anexo 2), pelo que na comparação entre os participantes da área das ciências exatas e os da área das ciências sociais e humanas foi utilizado o teste não paramétrico *U de Mann-Whitney*.

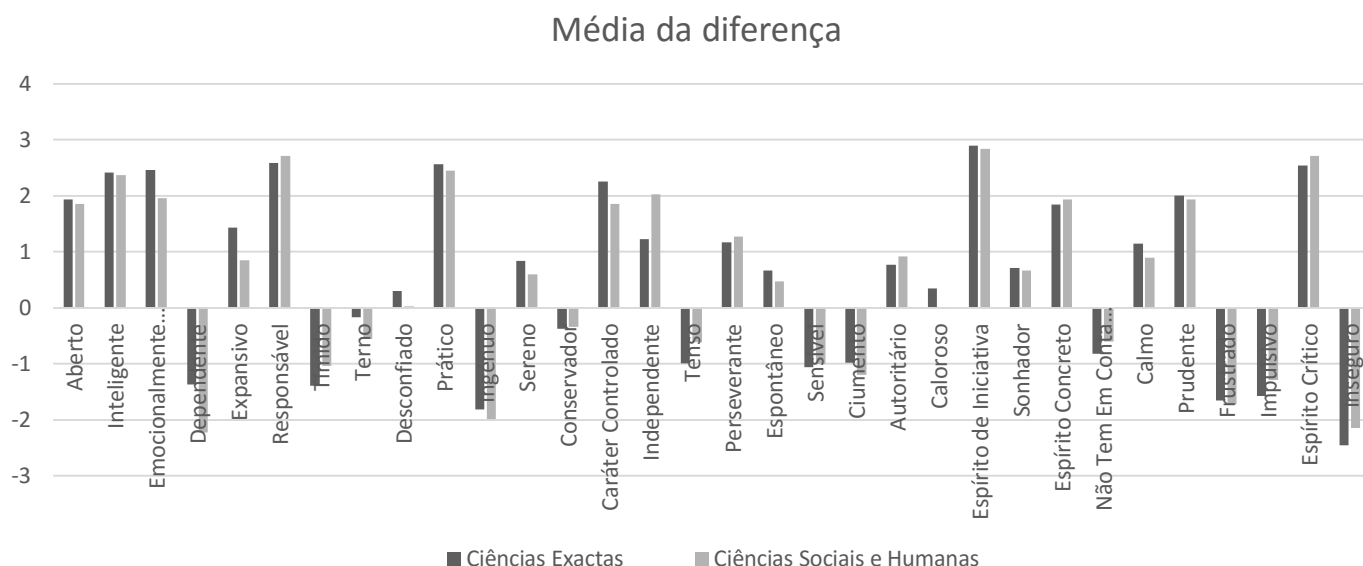


Gráfico 1: Diferença entre as condições *pessoa com sucesso pessoal e profissional* e *'pessoa com deficiência intelectual'*.

Desta forma, observa-se que existe uma diferença significativa em 4 dos 32 itens, nomeadamente, “dependente” (valores negativos), “expansivo”, “carácter controlado” e “independente do grupo”. Como se pode constatar na Tabela 1 (cf. também o Gráfico 1), os estudantes de ciências exatas consideram existir uma maior diferença entre uma *pessoa com sucesso pessoal e profissional* e uma *pessoa com deficiência intelectual* nos itens “expansivo” ( $U=7276,500$ ,  $p=0,016$ ) e “carácter controlado” ( $U=7499,000$ ,  $p=0,041$ ). Por sua vez, os estudantes de ciências sociais e humanas crêem que a diferença é maior no item “dependente” ( $U=6899,000$ ,  $p=0,003$ ) e no item “independente do grupo” ( $U=7104,500$ ,  $p=0,007$ ).

Tabela 1: Média da diferença entre as condições pessoa com sucesso pessoal e profissional e pessoa com deficiência intelectual.

Itens	Ciências Exatas		Ciências Sociais e Humanas		Teste U de Mann-Whitney
	Média	DP	Média	DP	
Aberto	1,94	1,825	1,85	1,747	8748,0
Inteligente	2,41	1,827	2,37	1,618	8661,0
Emocionalmente Estável	2,46	1,700	1,96	1,737	7748,5
<b>Dependente</b>	<b>-1,37</b>	<b>2,303</b>	<b>-2,23</b>	<b>2,244</b>	<b>6899,0*</b>
<b>Expansivo</b>	<b>1,43</b>	<b>1,798</b>	<b>,85</b>	<b>1,703</b>	<b>7276,5*</b>
Responsável	2,59	1,863	2,71	1,561	8498,0
Tímido	-1,39	1,900	-1,04	1,696	7569,5
Terno	-,17	1,665	-,56	1,602	7936,0
Desconfiado	,30	2,067	,03	1,739	7753,0
Prático	2,56	1,626	2,45	1,723	8722,0
Ingênuo	-1,82	1,976	-1,99	1,847	8127,0
Sereno	,84	1,734	,60	1,530	8440,0
Conservador	-,38	1,665	-,34	1,484	8533,0
<b>Caráter Controlado</b>	<b>2,25</b>	<b>1,817</b>	<b>1,86</b>	<b>1,924</b>	<b>7499,0*</b>
<b>Independente do grupo</b>	<b>1,23</b>	<b>2,392</b>	<b>2,03</b>	<b>2,183</b>	<b>7104,5*</b>
Tenso	-,99	2,103	-,62	1,743	7728,0
Perseverante	1,17	1,887	1,27	1,616	8277,0
Espontâneo	,67	2,268	,47	1,957	8631,5
Sensível	-1,06	1,844	-1,01	1,579	8470,0
Ciumento	-,98	1,888	-1,20	1,731	7930,0
Autoritário	,77	2,044	,92	1,881	8277,5
Caloroso	,34	1,599	-,01	1,645	7982,0
Espírito de Iniciativa	2,90	1,682	2,84	1,644	8692,0
Sonhador	,71	1,900	,66	1,825	8344,0
Espírito Concreto	1,84	1,547	1,93	1,714	8085,5
Não Tem Em Conta Opiniões	-,82	2,257	-,60	2,177	8132,5
Calmo	1,15	1,679	,89	1,408	7896,5
Prudente	2,00	1,797	1,94	1,627	8631,5
Frustrado	-1,66	2,086	-1,72	1,731	8347,5
Impulsivo	-1,58	1,733	-1,29	1,771	8282,5
Espírito Crítico	2,54	1,891	2,71	1,528	8282,5
Inseguro	-2,46	1,913	-2,15	1,718	8022,0

\* $p < 0,05$

### Testes de hipótese em relação a efeitos de à vontade

Ao analisar as respostas à questão sobre o grau de à vontade dos respondentes na presença de uma pessoa com deficiência intelectual, verificou-se que 71,0% afirmaram estar “muito ou completamente à vontade” e 26,5% consideraram estar “nada ou pouco à vontade” na presença de alguém portador de deficiência intelectual.

Representações sociais acerca de pessoas com deficiência intelectual: comparação entre estudantes de ciências exatas e de ciências sociais e humanas  
Márcia Filipa Martins Oliveira (marciafmo93@gmail.com) 2016

Por sua vez, quando a pergunta incidiu sobre o à vontade das outras pessoas perante alguém com deficiência intelectual, 80,8% considerou que as outras pessoas se sentem “pouco ou nada à vontade” e 17% referiu que as outras pessoas se sentem “muito à vontade” ou “completamente à vontade” (Tabela 2).

Tabela 2: À vontade na presença de uma ‘pessoa com deficiência intelectual’.

	Na presença de uma pessoa com Deficiência Intelectual			
	Sente-se à vontade		Os outros sentem-se à vontade	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
1 Nada à vontade	2	,6	16	4,9
2 Pouco à vontade	84	25,9	246	75,9
3 Muito à vontade	158	48,8	48	14,8
4 Completamente à vontade	72	22,2	7	2,2
Não respondentes	8	2,5	7	2,2
Total	324	100,0	324	100,0

Na Tabela 3 é visível que a média é mais elevada para os estudantes de ciências sociais e humanas relativamente às respostas sobre o grau de à vontade na presença de uma pessoa com deficiência intelectual e mais elevada para os estudantes de ciências exatas relativamente aos outros se sentirem à vontade na presença de uma pessoa com deficiência intelectual. No entanto, serão estas diferenças estatisticamente significativas?

Tabela 3: Médias e desvios-padrão dos dois grupos para as duas condições, sentir-se à vontade na presença de uma pessoa com DI e a percepção de que os outros se sentem à vontade na presença de uma pessoa com DI.

	Ciências Exatas	Ciências Sociais e Humanas	Teste U de Mann-Whitney
Sentir-me à vontade na presença de uma pessoa com Deficiência Intelectual	2,81 (d.p. = 0,722)	3,09 (d.p.= 0,692)	9958.5*
Os outros se sentem à vontade na presença de uma pessoa com Deficiência Intelectual	2,16 (d.p. = 0,521)	2,13 (d.p. =0,520)	12100

\* $p < 0.05$

Tendo em conta os resultados do teste *U de Mann-Whitney*, verifica-se que apenas a diferença da média relativa a sentir-se à vontade na presença de uma pessoa com deficiência intelectual é estatisticamente significativa, ou seja, os estudantes de ciências exatas afirmam sentir-se menos à vontade perante alguém portador de deficiência intelectual em comparação com os estudantes de ciências sociais e humanas e essa diferença é estatisticamente significativa.

## Análise fatorial exploratória de componentes principais

Como descrito acima, em metodologia (III), é necessário averiguar a viabilidade da análise fatorial na amostra recolhida através do teste dos pressupostos (KMO e teste de Bartlett).

Assim, para a condição *pessoa com deficiência intelectual*, a medida de adequação da amostra de Kaiser-Meyer-Olkin foi de 0,813. Este valor, segundo Kaiser (1974), indica um bom nível de adequação, enquanto que o teste de esfericidade de Bartlett evidenciou significância estatística ( $\chi^2$  (496) =2716,175,  $p<0,05$ ). Posto isto, confirmou-se a viabilidade da análise fatorial.

Após uma análise fatorial inicial e atendendo ao critério de decisão de Guttman-Kaiser (valores próprios >1,0) verificou-se a existência de 9 factores.

Em estudos anteriores mais recentes em que se utilizou a mesma escala (Estanqueiro, 2014), após análises preliminares recorrendo ao critério de Kaiser, verificou-se que, num conjunto de oito factores extraídos, os primeiros quatro factores explicavam 37% da variância, contrastando com os 14% dos restantes quatro. Também o diagrama de sedimentação (em inglês, *scree plot*) colocou em destaque, de forma clara, os primeiros quatro factores. Razões que levaram o autor a optar como solução final, por uma análise fatorial de componentes principais com extração fixada em quatro factores.

Todavia, neste estudo, no conjunto de 9 factores extraídos os primeiros cinco explicavam 47% da variância, contrastando com os 14% dos restantes quatro. Do mesmo modo, o diagrama de sedimentação destaca de forma clara os primeiros cinco factores. Com base nestas evidências, optou-se, como solução final, por uma análise fatorial em componentes principais com extração fixada não em quatro factores, mas em cinco.

*Tabela 4:* Resultado inicial, após rotação varimax, da análise fatorial em componentes principais atendendo ao critério de decisão de Guttman-Kaiser (valores próprios >1,0).

Componentes	Valor próprio inicial		
	Total	% de Variância	% Acumulada
1	5,748	17,962	17,962
2	3,047	9,522	27,484
3	2,600	8,127	35,610
4	1,974	6,169	41,779
5	1,647	5,148	46,927
6	1,279	3,996	50,924
7	1,196	3,736	54,660
8	1,064	3,326	57,986
9	1,006	3,143	61,128

Tabela 5: Saturações fatoriais e comunalidades da análise fatorial de componentes principais com rotação varimax na condição 'pessoa com deficiência intelectual'.

	Média	Desvio-padrão	F1 Carácter Afectuoso	F2 Adaptação Emocional	F3 Adaptação Funcional	F4 Imaturidade Relacional	F5 Desajuste Emocional	Comuna- lidades
Espontânea	4,34	1,587	<b>,701</b>	-,098	,190	-,006	,074	,619
Calorosa	4,23	1,368	<b>,699</b>	,242	,098	-,090	,030	,685
Terna	4,58	1,282	<b>,656</b>	,259	,097	,146	-,036	,621
Aberta	3,44	1,319	<b>,630</b>	,158	-,095	-,183	,046	,587
Sensível	5,07	1,326	<b>,536</b>	,069	,078	,526	,005	,683
Expansiva	3,74	1,192	<b>,503</b>	,035	-,028	-,160	,215	,585
Sonhadora	4,90	1,419	<b>,494</b>	,079	,289	,249	-,208	,595
Serena	3,80	1,126	,169	<b>,705</b>	-,099	,090	-,067	,607
Prudente	3,29	1,162	-,005	<b>,694</b>	,307	,078	-,023	,645
Calma	3,71	1,089	,205	<b>,674</b>	-,048	,090	-,186	,655
Carácter Contr.	3,12	1,192	,003	<b>,645</b>	,163	,030	,122	,570
Responsável	3,47	1,251	,084	<b>,560</b>	,422	,023	-,083	,630
Emoc. Estável	3,09	1,239	,195	<b>,435</b>	,084	-,169	,091	,530
Independente	3,11	1,447	-,018	,145	<b>,626</b>	,106	-,004	,539
Espírito Crítico	3,16	1,193	,156	,202	<b>,606</b>	,091	,152	,508
Inteligente	3,40	1,362	,330	-,075	<b>,579</b>	,003	-,135	,622
Espírito Conc.	3,55	1,164	,158	,430	<b>,523</b>	-,010	,102	,572
Espírito de Iniciativa	3,17	1,273	,435	,323	<b>,507</b>	-,118	-,038	,696
Ingénua	4,52	1,430	,360	,062	<b>-,488</b>	,223	,030	,638
Prática	3,32	1,269	,314	,275	<b>,437</b>	-,002	,184	,496
Dependente	4,77	1,560	,246	,074	<b>-,433</b>	,179	,052	,592
Perseverante	3,77	1,242	,248	,354	<b>,430</b>	,182	,070	,437
Insegura	4,83	1,338	-,127	,167	-,121	<b>,675</b>	,069	,662
Tensa	4,28	1,265	,091	-,087	-,026	<b>,607</b>	,057	,604
Tímida	4,39	1,423	-,022	,135	,148	<b>,591</b>	-,123	,519
Frustrada	4,36	1,383	-,201	-,029	-,102	<b>,580</b>	,246	,690
Impulsiva	4,77	1,224	,258	-,407	-,097	<b>,457</b>	,295	,708
Desconfiada	4,08	1,397	-,044	-,014	,268	<b>,454</b>	,351	,678
Autoritária	3,56	1,345	,143	,015	,132	-,084	<b>,817</b>	,739
Não tem em conta as opiniões dos outros	3,64	1,427	,002	-,167	-,061	,119	<b>,583</b>	,527
Ciumenta	4,33	1,338	,359	,017	-,027	,173	<b>,539</b>	,716
Conservadora	3,89	1,334	-,254	,316	,009	,223	<b>,514</b>	,608

O primeiro fator ( $\alpha=0,757$ ) é responsável por 18% da variabilidade. Como se pode ver na Tabela 6, este salienta um conjunto de traços relacionados com cordialidade e afetividade, sendo denominado de “carácter afectuoso” (Estanqueiro, 2014). O segundo fator ( $\alpha=0,756$ ) é responsável 9,5% da variância e, por evidenciar um conjunto de características relativas à tranquilidade e estabilidade, foi designado de “Adaptação Emocional”. O terceiro fator ( $\alpha=0,609$ ) explica 8,1% da variância. Este incorpora características práticas de controlo, independência e iniciativa, sendo intitulado de “Adaptação Funcional” (Estanqueiro, 2014). O quarto fator ( $\alpha=0,607$ ), que explica 6,1% da variabilidade, reúne variáveis relacionadas com insegurança e imaturidade na relação com o outro, nomeando-se de “Imaturidade Relacional” (Estanqueiro, 2014). O quinto fator (Alfa de Cronbach=0,592), que explica 5,1% da variabilidade, reúne traços que dizem respeito a um baixo controlo emocional em termos relacionais, tendo sido denominado de “Desajuste Emocional” (Tabela 5).

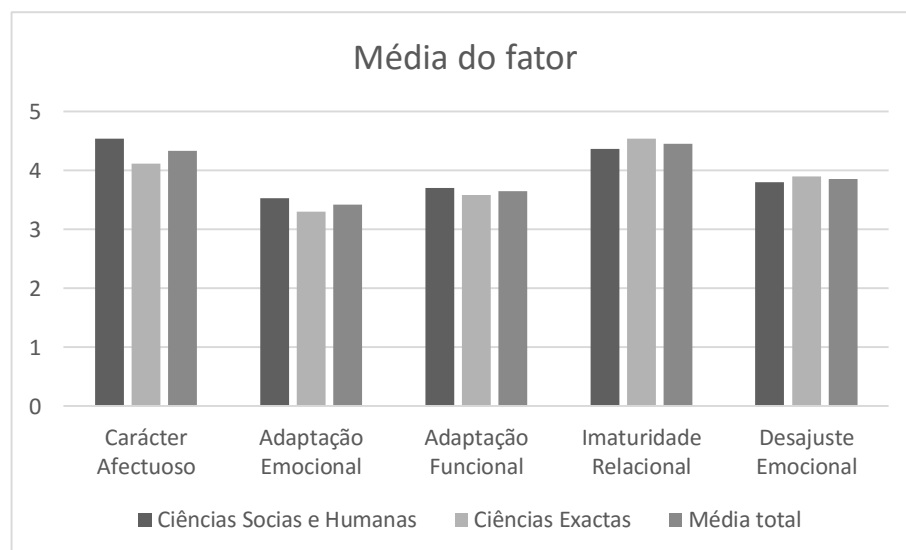


Gráfico 2: Valores médios dos cinco fatores da condição ‘pessoa com deficiência intelectual’: ciências exatas e ciências sociais e humanas.

Posteriormente calcularam-se as estatísticas descritivas correspondentes aos cinco fatores. As médias são um bom indicador para averiguar qual o fator mais ou menos característico das representações acerca da pessoa com deficiência intelectual. Como se pode constatar na Tabela 7 (cf. também o Gráfico 2), para o conjunto das duas amostras, a “Imaturidade Relacional” ( $M=4,451$ ) é o factor mais característico, seguido do “Carácter Afectuoso” ( $M=4,334$ ) e da “Desajuste Emocional” ( $M=4,041$ ). Por sua vez, a “Adaptação Funcional” ( $M=3,650$ ) e a “Adaptação Emocional” ( $M=3,415$ ) são os factores que apresentam pontuações mais reduzidas.

Tabela 6: Valores médios, desvios-padrão e teste U de Mann-Whitney dos cinco factores da condição 'pessoa com deficiência intelectual': ciências exatas e ciências sociais e humanas.

Factores	Ciências Exatas		Ciências Sociais e Humanas		Total		Teste U de Mann-Whitney
	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão	
Carácter Afectuoso	4,121	0,811	4,541	0,872	4,334	0,867	8276,0*
Adaptação Emocional	3,298	0,829	3,529	0,740	3,415	0,793	10569,0*
Adaptação Funcional	3,597	0,697	3,701	0,605	3,650	0,653	10940,5
Imaturidade Relacional	4,536	0,877	4,367	0,732	4,451	0,811	10660,5*
Desajuste Emocional	3,904	0,901	3,796	0,925	4,041	0,952	12255,5

\* $p < 0,05$

O factor mais característico de *uma pessoa com deficiência intelectual* para os estudantes da área das ciências exatas é a “Imaturidade Relacional” ( $M=4,536$ ), enquanto para os estudantes da área das ciências sociais e humanas é o “Carácter Afectuoso” ( $M=4,541$ ).

Verifica-se ainda que existem diferenças entre os estudantes da área das ciências exatas e os da área das ciências sociais e humanas, relativamente às dimensões consideradas mais ou menos características da pessoa com deficiência intelectual. Para além do “Carácter Afectuoso” e da “Imaturidade Relacional”, também existem diferenças significativas nas médias das respostas para a “Adaptação Emocional” ( $U=10569$ ,  $p=0,018$ ), sendo que os estudantes de ciências exatas consideram que este factor é menor num deficiente intelectual em comparação com estudantes de ciências sociais e humanas.

## V – Discussão

Os estudos sobre as representações sociais da deficiência intelectual e, mais concretamente, sobre as representações da identidade e características do deficiente intelectual são escassos, como referido anteriormente. Os resultados do presente estudo permitem conjecturar aquele que é o perfil do deficiente intelectual nas representações de estudantes universitários portugueses.

Em simultâneo, este estudo teve outros objetivos mais específicos, nomeadamente, conhecer a diferença existente nas representações sobre uma pessoa com sucesso pessoal e profissional e um deficiente intelectual. Em termos operacionais, a subtração dos resultados dos estudantes da condição *pessoa com deficiência intelectual* à condição *pessoa com sucesso pessoal e profissional* resulta naquilo que falta ou existe em excesso num deficiente intelectual para ter sucesso pessoal e profissional. Dito de outro modo, exprime as características ausentes num deficiente intelectual essenciais ao sucesso profissional e a presença de características que parecem ser a antítese do que é um bom profissional, segundo os estudantes universitários que participaram neste estudo. Do mesmo modo, tentou-se perceber a percepção do grau de à vontade perante uma pessoa deficiente intelectual.

Como foi mencionado nesta dissertação, investigações anteriores mostraram que este grupo social é capaz profissionalmente, se providenciado com programas de formação profissional enquadrados num processo de reabilitação e desenvolvimento do indivíduo (Claudino, 1997; Fernandes, 1997). Porém, a existência de determinadas representações sociais pode funcionar como obstáculos à sua integração (Fernandes, 2011; Lopes, 2010; Millington, Szymansky & Hanley-Maxwell, 1994; Ribeiro, 2009).

Atendendo às representações sociais dos estudantes universitários portugueses, independentemente da sua formação académica, estes consideram que o que melhor caracteriza alguém portador de deficiência intelectual é a sua imaturidade relacional, a sua insegurança e imaturidade na relação com o outro. Por estes motivos, o deficiente intelectual, a seu ver, é primeiramente alguém inseguro, frustrado, impulsivo e desconfiado. Logo de seguida, no seu ponto de vista, surge o seu carácter afectuoso, o que indica que a sua cordialidade e afectividade também pontuam alto na maneira de ser percebida do deficiente intelectual. O desajuste emocional é o terceiro factor mais evidente nas representações dos deficientes intelectuais, caracterizado pelo seu baixo controlo emocional em termos relacionais.

Assim, a adaptação funcional caracterizada pelo controlo, independência e iniciativa e a adaptação emocional caracterizada pela estabilidade e tranquilidade são os fatores considerados menos caracterizadores de um deficiente intelectual.



Esta caracterização em que vigora a afectividade, mas também a imaturidade relacional e o desajuste emocional, pode parecer um pouco incongruente. O fenómeno de polifasia cognitiva amplamente estudado no âmbito da teoria das representações sociais pode explicar esta situação (Duveen & Moscovici, 2000; Moscovici, 1961). Para Moscovici (2000) a polifasia cognitiva define-se como a coexistência de formas diferentes de saber no mesmo campo representacional. Dito de outra forma, este fenómeno revela uma propriedade recorrente das representações sociais do senso comum, nomeadamente, o facto de não seguirem as regras da lógica formal, coexistindo representações incongruentes no mesmo quadro de referência comum (Estanqueiro, 2014).

Ao diferenciar os estudantes universitários portugueses relativamente à sua formação, separando-se assim estudantes da área das ciências exatas e estudantes da área das ciências sociais e humanas, verifica-se que as representações sociais acerca do deficiente intelectual são distintas. Para os estudantes de ciências exatas aquilo que mais caracteriza alguém com deficiência intelectual é a sua imaturidade relacional, enquanto para os estudantes de ciências sociais e humanas o que mais se salienta é a sua cordialidade e afetividade. É verdade que ambos os factores são os mais elevados nos dois grupos, mas estas diferenças não deixam de ser interessantes.

Relativamente à diferença entre a condição *pessoa com sucesso pessoal e profissional* e *pessoa com deficiência intelectual*, os estudantes da área das ciências exatas consideram que existe uma diferença maior na estabilidade emocional, na dependência e no ser expansivo. Por sua vez, os estudantes da área das ciências sociais e humanas consideram que a diferença é mais acentuada na dependência e na independência do grupo. Talvez a formação académica dos estudantes da área das ciências sociais e humanas esteja mais orientada para o relacionamento com os outros, o que pode justificar a caracterização do deficiente intelectual como afetuoso. Porém, é uma mera especulação. Nesse sentido, uma vez que a escassez de estudos sobre esta questão específica é inversamente proporcional à necessidade de os realizar, sugere-se que os investigadores se debrucem sobre a mesma no sentido de a clarificar e de alargar o leque de conclusões. Até porque só o facto de a maioria dos estudantes da área das ciências exatas serem do sexo masculino e a maioria dos estudantes da área das ciências sociais e humanas serem do sexo feminino pode justificar os resultados encontrados. Esta possibilidade não foi analisada neste estudo por falta de tempo.

De uma forma geral, estas diferenças demonstram uma imagem de desadequação ao mundo do trabalho, no que se refere à pessoa com deficiência intelectual. Os resultados obtidos no presente estudo demonstram que o preconceito do deficiente intelectual como

“socialmente inútil” continua a ser uma representação social ainda fortemente enraizada na cultura ocidental, como também documentou a análise histórica efetuada no enquadramento teórico da presente dissertação (Claudino, 1997; Fernandes, 1997).

Outro resultado digno de realce diz respeito ao grau de à vontade dos estudantes perante alguém portador de deficiência intelectual. Como apresentado nos resultados, os estudantes da área das ciências sociais e humanas percecionam sentir-se mais à vontade perante alguém portador de deficiência intelectual em comparação com os estudantes da área das ciências exatas.

Apesar desta diferença entre os dois grupos, ambos consideram sentir-se mais à vontade do que os outros na presença de uma pessoa com deficiência intelectual. Estes dados vão de encontro com os resultados dos estudos em que foram utilizadas questões semelhantes, nomeadamente, Eurobarometer (2001), Lopes (2010) e Fernandes (2011) – em que questões semelhantes foram utilizadas.

É possível identificar algumas limitações do presente estudo. Em primeiro lugar, o recurso ao inquérito por questionário apresenta algumas desvantagens que não devem ser ignoradas, nomeadamente, a interpretação das respostas pode não ser totalmente perceptível para todos os inquiridos. Do mesmo modo, informar sobre o que se pensa da deficiência intelectual pode ser contaminado por um desejo de se expressar de forma socialmente aceite, mascarando as imagens e representações reais (Veiga & Salgado, 2013). Assim, o efeito de desejabilidade social nas respostas dos sujeitos também é um dos problemas que tem vindo a ser discutido, particularmente em trabalhos sobre representações sociais da deficiência (Veiga & Salgado, 2013). No entanto, o método utilizado (inquérito por questionário autoadministrado), em comparação com outros métodos (e.g. entrevista) é considerado uma boa estratégia para redução do efeito de desejabilidade social nas respostas dos sujeitos, uma vez que garante o anonimato e confidencialidade dos dados, a juntar ao facto de não ser necessário que o sujeito se expresse verbalmente para o investigador (Robson, 2002).

Uma outra limitação que pode ser apontada a este estudo diz respeito à amostra utilizada, por neste momento não corresponder à população encarregada do recrutamento e seleção de pessoas, como os responsáveis de recursos humanos das organizações e as organizações no geral. Contudo, é importante referir que, presumivelmente, alguns dos respondentes de ciências sociais e humanas irão futuramente, a curto-médio prazo, participar directamente no processo de recrutamento e seleção, uma vez que optaram/podem optar pela área de psicologia das organizações, por exemplo. Do mesmo modo, os restantes participantes poderão vir a ser seus colegas de trabalho ou ter responsabilidades na gestão de organizações.

Não obstante, a integração socioprofissional da pessoa com

deficiência intelectual é uma temática que vai muito para além de uma mera decisão de contratação, contendo em si um carácter também societal (Estanqueiro, 2014). Deste modo, tão importante como a contratação em si, são também as políticas estatais (e.g. de incentivo à contratação), organizacionais, educacionais e de formação profissional. Assim, os resultados deste estudo, tal como de outros estudos desta temática (e.g. Estanqueiro, 2014; Fernandes, 2011; Valentim & Fernandes, 2012), apresentam elevada pertinência no sentido em que identificam representações sociais e imagens da deficiência intelectual numa camada populacional que, num futuro a médio prazo, terá responsabilidades associadas às dimensões societais de integração referidas acima (Estanqueiro, 2014).

Apesar de no domínio público já existirem apoios relativos à integração socioprofissional da pessoa com deficiência intelectual, continua a ser visível a necessidade de intervenção pública e privada nesse sentido. Assim, enfatiza-se a importância da minimização da discriminação e do preconceito. Desta forma, nunca serão em demasia políticas educativas de inclusão, ações de sensibilização para a diferença e uma adaptação arquitetónica dos espaços públicos (Estanqueiro, 2014). Como refere a OMS (2011), é facilmente constatável que muitas das barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência são evitáveis e as desvantagens associadas à deficiência podem ser superadas. É importante permitir o acesso a todos os sistemas e serviços regulares, investir em programas e serviços específicos para pessoas com deficiência, adotar uma estratégia e planos de ação nacionais sobre a deficiência, envolver as pessoas com deficiência, melhorar a capacidade dos recursos humanos, oferecer financiamento adequado e melhorar a acessibilidade económica, aumentar a consciencialização pública e o conhecimento sobre as deficiências, aumentar a base de dados sobre deficiência, fortalecer e apoiar a pesquisa sobre deficiência. Para tal, tem de existir um forte comprometimento de diversas partes, ainda que os governos nacionais possuam o papel mais significativo (OMS, 2011).

É imperativo que se altere e modifique a maior barreira existente, a das atitudes e perceções negativas da sociedade atual (Veiga & Salgado, 2013). Deste modo, reforça-se a pertinência da teoria das representações sociais para a intervenção no âmbito da integração socioprofissional da pessoa portadora de deficiência intelectual e na contribuição para uma sociedade mais igualitária, menos discriminatória e socialmente justa.

## VI – Considerações finais

Os resultados da presente dissertação pretendem enriquecer o conhecimento acerca das representações sociais da pessoa com deficiência intelectual e sobre a forma como esta difere daquilo que é a imagem de uma pessoa com sucesso pessoal e profissional. Estas diferenças conduzem a um melhor entendimento dos obstáculos com que estas pessoas se deparam no processo de integração socioprofissional.

Ao longo da história da humanidade, sempre esteve associado à pessoa deficiente intelectual uma imagem de incapacidade, inadaptação e imaturidade (AAMR, 2006; Dias & Oliveira, 2013; Fernandes, 1997; Pessotti, 1984, 1999). Apesar de a literatura afirmar que a pessoa com deficiência intelectual é profissionalmente capaz (Fernandes, 1997; Martins, 2001; Veiga & Salgado, 2013), a verdade é que existem representações negativas que nunca foram superadas e algumas ainda hoje povoam o imaginário popular (Dias & Oliveira, 2013). O mesmo se verifica nos resultados deste estudo, não só por pessoas que na sua orientação escolar optaram por ciências exatas, como também por pessoas que, de alguma forma, estão ligadas ao estudo dos seres humanos, como acontece com os estudantes de ciências sociais e humanas.

A presente dissertação procurou contribuir também para alertar acerca da importância da intervenção social nesta área. Para atingir o sucesso da integração socioprofissional da pessoa com deficiência intelectual e aumentar a sua participação social, é crucial a consciencialização da conotação negativa presente nas representações sociais acerca deste grupo específico, pois só assim será possível mudar. Ressalva-se, também, a responsabilidade de todos de contribuir para gerar uma realidade social sem discriminações, que responda à procura e às necessidades de todos os segmentos da sociedade - desde o sector privado ao sector público; desde os próprios deficientes intelectuais, passando pelas famílias, colegas de escola, professores, formadores, responsáveis pelos Recursos Humanos, entidades patronais, colegas de trabalho, amigos; desde a faixa etária mais jovem até à mais elevada -, enfim, a sociedade em geral.

Futuramente será importante uma melhor esclarecimento das barreiras à inclusão social deste grupo. Pode-se também aprofundar o impacto da formação académica na construção das representações sociais acerca da deficiência intelectual.

## Bibliografia

- Abreu, M. V. (1977). *O efeito de Pigmalião: considerações sobre as atitudes do educador*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – publicação do departamento de Psicologia e Ciências da Educação, Coimbra.
- Alexandre, M. (2004). Representação Social: uma genealogia do conceito. *Comum*, 10(23), 122-138.
- American Association on Mental Retardation (2006). *Retardo mental: Definição, classificação e sistemas de apoio*. Tradução Lopes, M. F. (10ed). Porto Alegre: Artmed.
- APA. (2003). *DSM-IV: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. (Texto revisado) Tradução C. Dornelles (4ed). Porto Alegre: Artmed.
- Beltrán, J., Moralada, M., Alcañiz, E., Calleja, F. & Santiuste, V. (1984). *Psicología de la educación*. Eudema: Compostela.
- Candeias, A. (2009). *Escola inclusiva: Contributos para a sua implementação*. Évora: CIEP - Centro de Investigação em Educação e psicologia, Universidade de Évora.
- Claudino, A. (1995). *A orientação para a formação profissional de jovens com deficiência mental*. (Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação) Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- Claudino, A. A. D. (1997). *A orientação para a formação profissional de jovens com deficiência intelectual*. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.
- De La Blétière, A. C. (1997). O deficiente mental e o emprego: um projecto profissional realista. *Integrar*, 13, 41-46.
- Dias, S. S. (2004). *O sujeito por trás do rótulo: significações de si em narrativas de estudantes de ensino médio com indicação de deficiência mental*. (Dissertação de Mestrado em Psicologia) Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.
- Dias, S. S. & Oliveira, M. C. S. L (2013). Deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural: Contribuições ao estudo no desenvolvimento adulto. *Revista Brasileira Ed. Esp., Marília* 19(2), 169-182.
- Doise, W. (1993). Debating social representations. In G. M. Breakwell, & D. V. Canter (Eds.), *Empirical approaches to social representations*. 157-170. Oxford: Clarendon Press.
- Duveen, G. & Moscovici, S. (2000). *Social Representations: Explorations in Social Psychology*. London: Polity.
- Estanqueiro, J. P. V. (2014). *Representações sociais de estudantes universitários acerca de pessoas com deficiência mental e sua integração socioprofissional* (Dissertação de Mestrado em Psicologia das Organizações e do Trabalho). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de

Coimbra.

- Eurobarometer (2001). *Attitudes of europeans towards disability*. Produced on the basis of the Eurobarometer (54.2/2001) based on interviews of more the 16,000 EU Citizens between 2nd January and 6th February 2001, the report on “Europeans and disability” reveals the following major facts.
- Eurobarometer, S. 263 (2007). *Discrimination in the european union. Requested by the Directorate-General Employment, Social Affairs and Equal Opportunities and coordinated by the Directorate-General Communication*. Consultado em 04 de Janeiro 2016, disponível em <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Survey/getSurveyDetail/yearFrom/1973/yearTo/2007/surveyKy/525>.
- Farias, N. & Buchalla, C. M. A. (2005). Classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde da organização mundial de saúde: Conceitos, usos e perspectivas. *Revista Brasileira de Epidemiologia*. 8(2), 187-193).
- Fernandes, M. M. (1997). Sobre o emprego de pessoas com deficiência. *Revista Integrar*, 13(Maio/Agosto), 5-13.
- Fernandes, C. (2007). Empregabilidade e diversidade no mercado de trabalho: A inserção profissional de pessoas com deficiência. In Direcção Geral de Estudos, Estatísticas e Planeamento (Ed.). *Cadernos Sociedade e Trabalho*: Vol. 8, 101-114. Integração das pessoas com deficiência. Lisboa: DGEEP.
- Fernandes, C. S. C. (2011). *Representações sociais de profissionais de saúde relativamente a pessoas deficientes mentais e sua integração socioprofissional*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Field, A. (2005). *Discovering statistics using SPSS*. London: Sage Publicatons.
- Fierro, A. (2004). Os alunos com deficiência mental. In C. Coll; A. Marchesi; J. Palacios (Org.). *Desenvolvimento Psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades especiais* (2Ed) 192-214. Porto Alegre: Artmed.
- Forgas, J. P. (1981). What is social about social cognition. In J. P. Forgas (ed.). *Social cognition*. 1- 26. London: Academic Press.
- Gonçalves, J. & Nogueira, J. M. (2012). *O emprego das pessoas com deficiências ou incapacidade: Uma abordagem pela igualdade de oportunidades*. Coordenação Editorial: Centro de Informação e Documentação GEP – CID.
- GRACE (2005). *A Integração de pessoas com deficiência nas empresas: Como atuar*. Lisboa: GRACE.
- Grossman, H. J. (1983). *Classification in Mental Retardation*. Washington, D. C.: American Association on Mental Deficiency.
- Hill, M. M. & Hill, A. (2000). *Investigação por questionário*. Lisboa:

Edições Sílabo.

- Jesuino, J. C. (1993). A psicologia social europeia. In: Vala, J. e Monteiro, M.B. (Orgs.) *Psicologia Social*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Kaiser, H. F. (1974). An index of factorial simplicity. *Psychometrika*, 39, 31-36.
- Leal, J. A. F. S. (2007). *Expectativas e sucesso escolar: Contributo para a desmitificação da Matemática* (Dissertação de Mestrado). Universidade Portucalense – Infante D. Henrique, Porto.
- Leandro, A., & Rebelo, T. (2011). A responsabilidade social das empresas: Incursão ao conceito e suas relações com a cultura organizacional. *Exedra, Número especial*, 11-39.
- Leyens, J. P. (1985). *Teorias da personalidade na dinâmica social: Abordagem psicossocial das teorias implícitas da personalidade*. Lisboa: Verbo.
- Lopes, M. A. F. M. (2010). *Representações sociais de estudantes universitários relativamente a pessoas deficientes e sua integração socioprofissional*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Louro, C. (2001). *Acção Social na Deficiência*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Martinez, L. F. & Ferreira, A. I. (2010). *Análise de dados com SPSS: primeiros passos* (3ªed). Lisboa: Escolar Editora.
- Martins, M. A. D. (2001). *Deficiência mental e desempenho profissional*. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.
- Millington, M. J., Szymansky, E. M. & Hanley-Maxwell, C. (1994). Effect of the label of mental retardation on employer concerns and selection. *Rehabilitation Counseling Bulletin*, 38(1), 27-43.
- Moscovici, S. (1961/1976). *La psychanalyse, son image et son public* (2ªed). Paris: Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Moscovici, S. (2000). *Social representations. Explorations in social psychology*. Oxford: Polity Press.
- Nogueira, F. & Andrade, L. (2007). *Inclusão social de pessoas com deficiência no Mercado de trabalho por meio da educação, Portal dos Psicólogos*. Brasil: Universidade Católica de Minas Gerais.
- OMS (2011). *Relatório mundial sobre a deficiência*. Governo do Estado São Paulo: Secretaria dos direitos da pessoa com deficiência.
- Paicheler, H., Beaufils, B., & Ravaud, J.-F. (1987). Personnalisation et stigmatisations sociales. In J.-L. Beauvois, R.-V. Joule, & J.-M. Monteil (Eds.), *Perspectives cognitives et conduits sociales* (vol. 1). 45-61. Fribourg: DelVal.

- Pedrosa, M. S. B. (2015). Perceções de profissionais de uma empresa relativamente à integração socioprofissional dos deficientes intelectuais. (Dissertação de mestrado) Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Pegado, H., Gonçalves, H. S., Bernardo, J., & Santos, P. C. (1996). *Integração socioprofissional das populações com deficiência e desfavorecidas*. Retirado de [http://www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR492596ac9c40e\\_1.pdf](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR492596ac9c40e_1.pdf) a 27/12/2015.
- Pereira, S. A. (2011). *Representações sociais e integração socioprofissional da população deficiente mental em Emprego Protegido*. (Dissertação de mestrado) Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Pessotti, I. (1984). *Deficiência mental: da superstição à ciência*. São Paulo: EDUSPS.
- Pessotti, I. (1999). *Os nomes da loucura*. São Paulo: 34.
- Pestana, M. H. & Gageiro, J. N. (2014). *Análise de Dados para Ciências Sociais. A complementaridade do SPSS (6ª ed)*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pinto, R. R. (2012). *Introdução à análise de dados: com recurso ao SPSS (2ªed)*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Poeschl, G. (2006). *Análise de dados na investigação em psicologia: Teoria e prática*. Coimbra: Edições Almedina.
- Ribeiro, S. C. M. (2009). *Inclusão social dos jovens com deficiência mental: o papel da formação profissional*. (Tese de Mestrado) Escola Superior de Educação: Porto.
- Robson, C. (2002). *Real world research: A resource for social scientists and practitioner-researchers (2nd ed.)*. Malden: Blackwell.
- Rodrigues, D. (2001). *Educação e diferença: Valores e práticas para uma escola inclusiva*. Coleção Educação Especial. Porto: Porto Editora.
- Rogers, C. (1977). *Carl Rogers on personal power*. New York: Delacorte Press.
- Rosa, A. (2007). A responsabilidade das empresas no combate à discriminação de pessoas com deficiência. *Dirigir*, 98, 24-28.
- Shafer, M. S., Hill, J., Seyfarth, J. & Wehman, P. (1987). Competitive employment and workers with mental retardation: analysis of employer's perceptions and experiences. *American Journal of Mental Retardation*, 92(3), 304-311.
- Tabachnick, B. & Fidell, L. S. (1996). *Using multivariate statistics*. Englewood: Longman.
- Valentim, J. P. & Fernandes, C. (2012, Julho). *Représentations sociales des personnes handicapées mentales: une étude avec professionnels de santé*. 9ème Colloque International de Psychologie Sociale en Langue Française, Porto.



- Valentim, J. P. & Dinis, E. (2014). The image of disability among intellectually disabled people. *Papers on Social Representations* 23(17), 1- 24.
- Veiga, C (2006), *As regras e as práticas: Factores organizacionais e transformações na política de reabilitação profissional das pessoas com deficiência*. Cadernos SoNRIPD, n.º 20: Lisboa.
- Veiga, C. V., & Salgado, J. A. (2013). Mexican and Portuguese young students facing disability. A comparative study using social representations. *Convergência – Revista de Ciências Sociais*, 20(63), 99-124.
- Verdugo Alonso, M. I. (2010). Últimos avances en el enfoque y concepción de las personas con discapacidad intelectual. *Siglo Cero: Revista Española sobre discapacidad intelectual* 41(236), 7-21.
- Yazbeck, M., McVilly, K., & Parmenter, T. (2004). Attitudes Toward People with Intellectual Disabilities: an Australian Perspective. *Journal of Disability Policy Studies*, 15(2), 97-111. doi: 10.1177/10442073040150020401.

## Anexos

"Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade." (Artigo 1 da Declaração Universal dos Direitos Humanos)

**Anexo 1:** Lista de atributos de incentivos financeiros previstos na lei para as empresas que facilitarem o acesso ao emprego de pessoas portadoras de deficiência.

Esta lista está presente no Decreto-Lei nº 247/89, de 5 de Agosto, documento que no âmbito das responsabilidades do então Ministério do Emprego e da Segurança Social, veio estipular os apoios e incentivos ao emprego das pessoas portadoras de deficiência intelectual, fixando os termos e condições da atribuição do apoio técnico e financeiro e delegando a competência nesta matéria ao Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) (Gonçalves & Nogueira, 2012; Martins, 2011).

O *subsídio de compensação* destina-se a compensar a produtividade inferior do trabalhador com deficiência no decurso do período de adaptação ou readaptação ao trabalho, relativamente à média dos restantes trabalhadores da mesma categoria profissional.

O *subsídio para a adaptação de postos de trabalho* é atribuído quando as necessidades funcionais do trabalhador com deficiência admitido requer adaptações nos equipamentos e instalações.

O *subsídio para a eliminação de barreiras arquitetónicas* serve para tentar suprimir obstáculos físicos que impeçam ou dificultem o acesso ou mobilidade ao/no posto de trabalho do trabalhador com deficiência.

O *subsídio de acolhimento personalizado* destina-se a acompanhar e apoiar o trabalhador na sua integração socioprofissional, adaptação ao esquema produtivo da empresa e/ou ao posto de trabalho a desempenhar, objetivando a autoconfiança e a criação de um clima não discriminativo deste perante os restantes trabalhadores.

O *prémio de integração* é atribuído às empresas que celebrem contratos sem termo com trabalhadores com deficiência, ou convertam os contratos a termo em contrato sem termo.

Por fim, o *prémio de mérito* é atribuído anualmente às entidades empregadoras no dia do deficiente, destinado a premiar as empresas que mais se distinguiram pelo apreço e esforços efetuados com vista à integração com deficiência no mercado normal de trabalho.

**Anexo 2:****Tabela 1:** Teste Kolmogorov-Smirnov para verificar o pressuposto da normalidade

Pessoa com Deficiência Intelectual	Kolmogorov-Smirnov (g.l.=283)	
	Statistic	Sig.
Aberta	0,178	0,000
Inteligente	0,152	0,000
Emocionalmente Estável	0,177	0,000
Dependente	0,198	0,000
Expansiva	0,222	0,000
Responsável	0,182	0,000
Tímida	0,147	0,000
Terna	0,175	0,000
Desconfiada	0,172	0,000
Prática	0,196	0,000
Ingénua	0,149	0,000
Serena	0,208	0,000
Conservadora	0,192	0,000
Caráter Controlado	0,198	0,000
Independente do grupo	0,212	0,000
Tensa	0,178	0,000
Perseverante	0,206	0,000
Espontânea	0,176	0,000
Sensível	0,207	0,000
P Ciumenta	0,215	0,000
Autoritária	0,154	0,000
Calorosa	0,188	0,000
Espirito de Iniciativa	0,191	0,000
Sonhadora	0,191	0,000
Espirito Concreto	0,186	0,000
Não tem em conta as opiniões dos outros	0,157	0,000
Calma	0,230	0,000
Prudente	0,175	0,000
Frustrada	0,151	0,000
Impulsiva	0,194	0,000
Espirito Crítico	0,167	0,000
Insegura	0,179	0,000